

ECONOMIA

Orçamento desindexado vira ilusão ³⁸

JOSE RAMOS FILHO

O Orçamento Geral da União, até o final de 1989, poderá estar bem diferente do que foi aprovado pelo Congresso em dezembro e sacionado na semana passada pelo presidente José Sarney. Os parlamentares vetaram a proposta, apresentada no projeto do Governo, de indexar a autorização dos gastos, preservando seu valor real independentemente à inflação, uma sugestão trazida do plano de estabilização de Israel.

Sem a sistemática da indexação, o processo de execução do orçamento continuará o mesmo dos anos anteriores, com as receitas e despesas sendo calculadas com base em uma inflação para o ano, se a inflação superar as expectativas, não existe garantia nenhuma de que haja reposição das verbas destinadas aos programas, pois o que for arrecadado além do previsto poderá ser destinado para outros fins, mesmo que o aumento de receita seja apenas nominal, em consequência da inflação. Para este ano, o Congresso elaborou o Orçamento baseado em uma inflação média de 10 por cento ao mês.

Este índice é tão irreal que o próprio Congresso já preparou uma proposta de suplementação de verbas a ser feita com o primeiro trilhão de cruzados que ultrapassar a arrecadação prevista no Orçamento. A proposta foi vetada pelo presidente José Sarney, mas já indica os rumos que irão tomar as primeiras suplementações de verbas a serem examinadas pelos parlamentares.

Na suplementação proposta pelo Congresso, no entanto, não se respeitou as prioridades previstas no orçamento aprovado. Os recursos iniciais desta suplementação, proveniente do Tesouro Nacional, iriam apenas para 11 das 38 unidades ou itens de despesas que recebem recursos do Tesouro Nacional. E destes, apenas três ministérios — Marinha, Exército e Aeronáutica — receberiam 69 por cento da verba extra.